

# DECRETO Nº 18.085 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

(Publicada no Diário Oficial de 22/12/2017)

O subitem “11.35.2” do Anexo 1 do RICMS, constante no inciso IV do art. 2º deste Decreto foi retificado no Diário Oficial de 29/12/17.

Alterado pelo Decreto nº 18.116/17, que torna sem efeitos o disposto do inciso V, do art. 1º.

**Altera o Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **D E C R E T A**

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** – a alínea “a” do inciso XXIX do art. 264, mantida a redação de seus itens:

“a) somente será admissível o benefício se o automóvel for destinado a motorista portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro que exerça atividade remunerada de taxista, conforme § 5º do art. 147 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, mesmo quando inscrito como Microempreendedor Individual - MEI, desde que cumulativa e comprovadamente o adquirente;”;

**II** – a alínea “b” do inciso CXII do *caput* do art. 265:

“b) a refinaria deverá emitir a nota de saída de querosene de aviação - QAV indicando a respectiva Nota Fiscal de Venda referida na alínea “a” e a expressão: “Mercadoria destinada a aeronave estrangeira - art. 265, CXII do RICMS/2012”.;”;

**III** - o inciso XXVII do *caput* do art. 266:

“XXVII - até 31/12/2018, na operação interna com metanol, realizada de estabelecimento de indústria onde se produza metanol ou formaldeído, ainda que o metanol tenha sido adquirido de terceiro, desde que destinado a estabelecimento industrial para utilização na produção de biodiesel, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 4% (quatro por cento);”;

**IV** - o inciso XXIX do *caput* do art. 266:

“XXIX - até 31/12/2018, nas saídas internas de ácido sulfônico - NCM 3402.11.4, efetuadas pelo estabelecimento produtor, destinadas às industriais para utilização em seu processo produtivo, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 7% (sete por cento);”;

**V** – Sem efeitos:

**Nota:** A redação do inciso V do art. 1º ficou sem efeitos pelo art. 2º do Decreto nº 18.116, de 29/12/17, DOE de 29/12/17.

**Redação sem efeitos:**

“V – o inciso XL ao *caput* do art. 266:

“XL - nas saídas internas e nas entradas decorrentes de importação do exterior com nafta e etano, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 6,0 % (seis por cento);”;

**VI** – a alínea “b” do inciso XXXVI do *caput* do art. 268:

“b) até 31/12/2018, nas saídas para qualquer destinatário, não se aplicando o benefício nas saídas de postes.”;

**VII** - o inciso XLVI do *caput* do art. 268, mantida a redação de suas alíneas:

“XLVI - até 31/12/2018, nas saídas internas e nas importações com os produtos de ótica indicados a seguir, de forma que a carga tributária seja equivalente a 9% (nove por cento), ficando a fruição do benefício condicionada à celebração de termo de acordo com a Secretaria da Fazenda, representada pelo titular da Diretoria de Planejamento da Fiscalização, desde que o contribuinte esteja em dia com as obrigações tributárias principal e acessórias.”;

**VIII** - o inciso LVI do *caput* do art. 268:

“LVI - até 31/12/2018, das operações internas com postes pré-moldados de cimento, produzidos neste estado, realizadas pelo fabricante, de forma que a carga tributária incidente corresponda a 15% (quinze por cento);”;

**IX** – o inciso VIII do *caput* do art. 270, mantida a redação de suas alíneas:

“VIII - aos fabricantes dos produtos derivados do leite indicados a seguir, vedada a acumulação com o benefício do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o valor equivalente a 100% (cem por cento) do imposto incidente no momento das saídas dos produtos até 31/12/2018.”;

**X** – o “item 1” da alínea “a” do inciso I do art. 272:

“1 - até 31/12/2018, indústria de laticínios;”;

**XI** - o inciso LVIII do *caput* do art. 286:

“LVIII - até 31/12/2018, nas entradas decorrentes de importação do exterior de álcool metílico (metanol), realizadas por contribuinte produtor de metanol ou formaldeído;”;

**XII** - o § 6º do art. 298:

“§ 6º Não são sujeitas à substituição tributária as repetidas prestações de serviços de transporte aéreo, ferroviário, dutoviário e as efetuadas por empresa inscrita na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, optantes do Simples Nacional.”;

**XIII** - o § 4º do art. 315:

“§ 4º Na escrituração extemporânea do crédito fiscal autorizado pelo titular da repartição fazendária, o contribuinte deverá lançar cada documento fiscal no registro de entradas, salvo se o documento fiscal já tiver sido lançado.”;

**XIV** - a alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 317:

“b) para pagamento de débito do imposto decorrente de entrada de mercadoria importada do exterior, denúncia espontânea, débito declarado, auto de infração ou notificação fiscal;”;

**XV** – a alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 317:

b) denúncia espontânea e débito declarado, desde que o débito seja de exercício já encerrado;

**XVI** - o § 3º do art. 317:

“§ 3º Dependerá de autorização do inspetor fazendário do domicílio do contribuinte e, no âmbito da DAT METRO, do titular da coordenação de processos:

I – a utilização do crédito acumulado pelo próprio contribuinte para pagamento de débitos decorrentes de entrada de mercadoria importada do exterior, denúncia espontânea, débito declarado, auto de infração ou notificação fiscal;

II – a transferência de até R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) a outro contribuinte para pagamento de auto de infração, notificação fiscal e débito declarado ou denúncia espontânea de exercício já encerrado.”

**XVII** - o § 2º do art. 332, mantida a redação de seus incisos:

“§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do *caput* deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino.”;

**XVIII** - os subitens 8.30.1, 9.22, 10.6.1, 11.12.10, 11.28, 11.31, 11.32, 11.33, 11.34, 11.35.0 e 11.35.1 do Anexo 1, produzindo efeitos a partir de 01/02/2018:

“8.30.1	10.030.01	6907	Cubos, pastilhas e artigos semelhantes de cerâmica, mesmo com suporte, exceto os descritos CEST 10.030.00	Não tem	Não tem	81,64% (Aliq. 4%) 75,79% (Alíq. 7%) 66,34% (Alíq. 12%)	55%”
“9.22	20.048.00	9619.00.00	Fraldas, exceto os descritos no CEST 20.048.01	Conv. ICMS 76/94 - AC,	65,52 (Aliq.	65,52 (Aliq. 4%)	41,38%”

				AL, AP, BA, ES, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE e TO. Prot. ICMS 99/09: BA e PR	4%) 60,35% (Aliq. 7%) 51,72% (Aliq. 12%)	60,35% (Aliq. 7%) 51,72% (Aliq. 12%)	
“10.6.1	16.007.01	4012.9	Protetores de borracha para bicicletas			69,76 (Aliq. 4%) 64,45% (Aliq. 7%) 55,61% (Aliq. 12%)	45%”
“11.12.10	17.044.10 a 17.044.27	1101.00.1	Qualquer farinha de trigo em embalagem não especificada nos itens anteriores	Prot. ICMS 46/00 – AC, AM, AP, BA, CE, PB, PE, RN, RO e SE	Ver Prot. ICMS 46/00	102% (importação) 93,92% (Aliq. 4%) 87,86% (Aliq. 7%) 77,76% (Aliq. 12%)	102%”
“11.28	17.062.00	1905.90.20	Outros pães, exceto pão francês de até 200g	Prot. ICMS50/05 - AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE	30%	40,49% (Aliq. 4%) 36,10% (Aliq. 7%) 28,78% (Aliq. 12%)	20%”
“11.31	17.083.00	0210.2 0210.99 1502	Carne de gado bovino, ovino e bufalino e produtos comestíveis resultantes da matança desse gado submetidos à salga, secagem ou desidratação (exceto charque e jerked beef)	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77% (Aliq. 7%) 34,15% (Aliq. 12%)	25%
“11.32	17.084.00	0201 0202 0204 0206	Carne de gado bovino, ovino e bufalino e demais produtos comestíveis resultantes da matança desse gado frescos, refrigerados ou congelados	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77% (Aliq. 7%) 34,15% (Aliq. 12%)	25%”
“11.33	17.085.00	0204	Carnes de animais das espécies caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77% (Aliq. 7%) 34,15% (Aliq. 12%)	25%”
“11.34	17.086.00	0210.99 1502.10.19 1502.9	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados ou salmourados resultantes do abate de caprinos	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77% (Aliq. 7%) 34,15% (Aliq. 12%)	25%”
“11.35.0	17.087.00	0207 0209 0210.99 1501	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, em salmoura, simplesmente temperados, secos ou defumados, resultantes do abate de aves	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77% (Aliq. 7%) 34,15% (Aliq. 12%)	25%”
“11.35.1	17.087.01	0203 0206	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, em	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77%	25%”.

		0209	salmoura, simplesmente			(Alíq. 7%)	
		0210.1	temperados, secos ou			34,15%	
		0210.99	defumados, resultantes do			(Alíq. 12%)	
		1501	abate de suínos				

**Art. 2º** Ficam acrescentados ao Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, os seguintes dispositivos:

**I** – o item “4” à alínea “a” do inciso XXIX do art. 264:

“4 - o benefício só será aplicado, caso o adquirente não possua débitos para com a Fazenda Pública Estadual.”;

**II** – o § 4º-A ao art. 317:

“§ 4º-A. A autorização para transferência de crédito fiscal acumulado a outro contribuinte para pagamento de auto de infração, notificação fiscal e débito declarado ou denúncia espontânea de exercício já encerrado, fica condicionada ao recolhimento prévio em moeda corrente de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor do débito fiscal.”.

**III** - o § 2º-A do art. 332:

“§ 2º-A. O prazo especial previsto no § 2º deste artigo somente será concedido se houver emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal da operação, ainda que o contribuinte atenda aos requisitos definidos no referido dispositivo.”.

**IV** – os subitens 9.22.1, 11.28,1 e 11.35.2 ao Anexo 1, produzindo efeitos a partir de 01/02/2018:

“9.22.1	20.048.01	9619.00.00	Fraldas de fibras têxteis	Conv. ICMS 76/94 - AC, AL, AP, BA, ES, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE e TO. Prot. ICMS 99/09: BA e PR	65,52 (Aliq. 4%) 60,35% (Aliq. 7%) 51,72% (Aliq. 12%)	65,52 (Aliq. 4%) 60,35% (Aliq. 7%) 51,72% (Aliq. 12%)	41,38%
11.28.1	17.062.01	1905.90.90	Outros bolos industrializados e produtos de panificação não especificados pães, exceto casquinhas para sorvete e pão francês de até 200g	Prot. ICMS50/05 – AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE	30%	52,20% (Aliq. 4%) 47,44% (Aliq. 7%) 39,51% (Aliq. 12%)	30%
11.35.2	17.087.02	0207.10207.2	Carnes de aves inteiras com peso unitário superior a 3Kg, temperadas	Não tem	Não tem	46,34% (Aliq. 4%) 41,77% (Aliq. 7%) 34,15% (Aliq. 12%)	25%
<b>Nota:</b> O item “11.35.2” foi alterado no Diário Oficial de 29/12/17.							
<b>Redação anterior, sem efeitos:</b>							
						“28,78% (Aliq. 4%)	

						24,76%” (Alíq. 7%) 18,05% (Alíq. 12%)	
--	--	--	--	--	--	--	--

**Art. 3º** Os seguintes dispositivos do Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** – o inciso II-B do *caput* do art. 2º:

“II-B até 31/12/2018, pela importação de matéria-prima, promovida por contribuintes que desenvolvam a atividade de fabricação de embalagens para calçados, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização no estabelecimento importador;”;

**II** – o inciso II-D do *caput* do art. 2º:

“II-D - até 31/12/2018, pela importação do exterior de insumos e embalagens promovida por contribuintes que desenvolvam a atividade de fabricação de papel, celulose e outras pastas para fabricação de papel, extensiva às atividades florestais, bem como nas respectivas prestações de serviço de transporte, para o momento das saídas dos produtos resultantes da industrialização no estabelecimento importador;”;

**III** - o inciso II-F do *caput* do art. 2º:

“II-F – até 31/12/2018, nas entradas decorrentes de importação do exterior dos produtos indicados a seguir, quando importados por contribuintes industriais que tiverem obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal por este estado, para o momento da saída dos produtos resultantes da industrialização no estabelecimento importador:

- a) cera de palma - NCM 1521.10.00;
- b) ácido palmítico - NCM 2915.70.11.
- c) mistura de ácido láurico e mirístico C12-C14 - NCM 3823.19.00;
- d) ácido graxo de óleo de palmiste C12-C18 - NCM 3823.19.00;
- e) ácido graxo de palma - NCM 3823.19.00.”;

**IV** – o inciso XXXI do *caput* do art. 2º:

“XXXI - até 31/12/2018, nas entradas decorrentes de importação do exterior de insumos, exceto petrolato e polietilenoglicol, destinados à fabricação de medicamentos e suplementos alimentares para uso humano, importados por fabricante que tiver obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal concedido por este Estado, mediante Resolução do Conselho competente, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;”;

**V** – o inciso XLIII do *caput* do art. 2º:

“XLIII - até 31/12/2018, nas entradas decorrentes de importação do exterior, dos insumos indicados a seguir, desde que destinados à fabricação de embalagens plásticas especiais para colheita mecanizada de

algodão, em estabelecimento de contribuinte industrial que tiver obtido aprovação técnica para fruição do incentivo do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, mediante Resolução do Conselho competente, para o momento da saída dos produtos resultantes da industrialização:

- a) tiras de silicone - NCM 3910.00.90;
- b) tiras plásticas laminadas - NCM 3919.1;
- c) películas plásticas - NCM 3919.90.00;”;

**VI** – o inciso XLIV do *caput* do art. 2º:

“XLIV - até 31/12/2018, na entrada decorrente de importação de películas plásticas - NCM 3920.10.99, por contribuinte industrial produtor de embalagens plásticas especiais para colheita mecanizada de algodão, que tiver obtido aprovação técnica para fruição do incentivo do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, mediante Resolução do Conselho competente, para o momento da saída subsequente da mercadoria.”;

**Art. 4º** O subitem 3.11 do Anexo único do Regulamento de Taxas, Decreto nº 17.711, de 05 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.11	Fiscalização do sistema de transporte rodoviário ou hidroviário intermunicipal de passageiros	Até o 9º (nono) dia útil do mês subsequente à arrecadação”
-------	---	--

**Art. 5º** Ficam ajustados em 2,98% (dois inteiros e noventa e oito centésimos por cento), os valores das taxas previstos nos Anexos I e II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, exceto o “item 6” do Anexo I e os “itens 7 e 9” do Anexo II, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a ajustar anualmente os valores das taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços nas áreas do Poder Executivo Estadual, até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

**Art. 6º** Ficam convalidados os atos anteriormente praticados nos termos da redação dada pelo Decreto nº 17.815, de 04 de agosto de 2017, ao item 5 da alínea “a” do inciso I do art. 272 do Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012.

**Art. 7º** Fica revigorado o art. 3º-B. do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000, com a redação vigente em janeiro de 2017, produzindo efeitos de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019.

**Art. 8º** Ficam revogadas as disposições em contrário e, em especial:

**I** – os seguintes dispositivos do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012:

- a) o inciso XLIII do *caput* do art. 266;
- b) a alínea “b” do inciso VI do *caput* do art. 267;
- c) o inciso XI do art. 267;
- d) o inciso VII do *caput* do art. 286;

e) o inciso I do § 2º art. 286;

f) a alínea “a” do inciso V do § 1º do art. 287;

**II** – o art. 3º-E do Decreto nº 7.799, de 09 de maio de 2000.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor dia 01 de janeiro de 2018.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 21 de dezembro de 2017.

**RUI COSTA**

Governador

Bruno Dauster

Secretário da Casa Civil

Manoel Vítório da Silva Filho

Secretário da Fazenda